

Possíveis Heterodoxias em Economia e o Marxismo

Carlos Pimenta

Abr-00

1. Introdução

Numa disciplina de Desenvolvimento Económico-Social integrante de um curso de mestrado, um estudante, cuja formação científica original era alheia à Economia, interrogava-se espantado da Economia Neoclássica continuar a ser o guia orientador do que se faz nos meios académicos e do que os políticos afirmam quotidianamente. Como era possível uma leitura tão deformada da realidade, tantas vezes derrotada no confronto com a História, continuar a impor-se mundialmente e a ditar as práticas em zonas do globo tão diferentes, em espaços geográfico-sociais em que a própria palavra “mercado” quase surge como uma afronta às práticas culturais e vivências humanas? Como era possível acolher por modismo ou consciência lógica a falsificabilidade dos enunciados científicos e, simultaneamente, resistirem a todas as negações, armadilhados na coerência lógica, na dificuldade de descodificação dos conceitos em indicadores quantificáveis?

Não foi fácil dar uma resposta e provavelmente todos os argumentos apresentados não o convenceram pois ao assumir uma atitude racional e epistemológica irrepreensível não conseguia abarcar o que sustenta as presentes ortodoxias.

1.1 Forças Neoclássicas

As razões pelas quais modelos neoclássicos continuam a impor-se e a orientar os passos da maior parte dos economistas são múltiplas e de naturezas muito diversas.

Se queremos combater tais posições, não por qualquer primitivo instinto bélico, mas por respeito pela nossa sanidade mental e por reconhecermos que as profundas desigualdades sociais geradas, em sentido lato, são atentatórias da dignidade humana, devemos ter um inventário o mais completo possível das suas forças:

1. Os enunciados neoclássicos servem os interesses de sectores da sociedade que possuem nacional e internacionalmente o domínio económico e político, e cada sua aplicação tende a reforçar-lhes a correlação de forças.
2. Os enunciados económicos são produtores de ideologia e de cultura que (re)criam condições de autoreprodução e autoavaliação. Raciocínios hipotético-dedutivos, num misto de

objectividade e normatividade, vestem-se dum “senso-comum” e dum “pragmatismo” que os apresentam como únicos ou, pelo menos, únicos viáveis.

3. O paradigma neoclássico transporta em si uma ambiguidade protectora. Assentando num conjunto de princípios enunciadores de uma situação ideal de funcionamento do económico (por isso mesmo irrealistas) e considerando-se confrontável com a realidade é uma teoria normativa (que combate) sob a capa do positivismo (que não respeita). Entre o ser e o dever ser está um terreno sem limites. Esta atitude é coerente com a definição de Economia (igual a “Ciência Económica” ou “Economia Política” na nossa terminologia) como ciência-arte da gestão dos recursos escassos.
4. O conjunto de modelos totais ou parciais constitutivos do paradigma contem enunciados válidos em qualquer explicação da realidade, cobre as duas áreas de fragmentação científica (macro e micro), possui uma significativa coerência interna, é considerada elegante pela comunidade científica e reflecte uma “racionalidade de superfície” (PIMENTA, 1990) de muitos intervenientes na sociedade.
5. A comunidade universitária - onde se formam os economistas, se reproduzem os saberes constituídos e se faz grande parte da investigação - é um espaço de reprodução dos saberes socialmente dominantes, seja pela dificuldade individual e social da reflexão crítica, seja pela estreita associação com os “colégios invisíveis” e as lógicas de promoção institucional.

A auto-imagem de um neoclássico é a do legítimo orgulho da cientificidade, expressão do que há de mais válido no estágio positivista da humanidade. Não há lugar à interrogação sistemática e globalizante e a dúvida metódica, dum cartesianismo que tão cuidadosamente aplicam, não ultrapassa problemáticas parciais e claramente determinadas. As críticas só podem ter três destinos: integrarem-se nos seus modelos, caso não ponham em causa o edifício; conservarem-se como fenómenos exóticos, que reforçam a normalidade previamente admitida; serem ignorados ou taxados de anticientíficas.

Esta auto-imagem contribui para o reforço e manutenção do paradigma neoclássico e dificulta ou impossibilita o diálogo.

Em contrapartida a postura crítica, problematizante, certamente inevitável, dos que se opõem àquela maneira de fazer ciência torna difícil, ou impossível, a elaboração e apresentação de um modelo global alternativo.

1.2 Com fraquezas

A actual ortodoxia, o neoclassismo, possui razões suficientes para existir e reproduzir-se. Funciona como polo atractor de economistas apaixonados pela coerência e elegância, possuídos de inércia mental, e ansiosos de usufruírem as benesses do sistema, mas não é um edifício racional inexpugnável.

A aplicação consequente, sistemática e criteriosa do positivismo, incluindo do positivismo lógico, por que pugnam, não deixará de mostrar fendas, seja qual for o conceito de verdade subjacente e tanto mais quanto aquele tenha a ver com a explicação, interpretação, da sociedade em que vivemos.

Também a coerência interna não deixará de apresentar fragilidades, sobretudo a partir do momento em que se faz uma revisão sistemática dos conceitos e indicadores utilizados, se explicitam a hipóteses e se expõe a filosofia subjacente.

Faz sentido introduzir o bisturi em tais matérias e dissecá-las mas temos que compreender a razão do acto. Não será certamente para a curar das maleitas ou para embelezá-las. Dificilmente o será também para convencer os economistas neoclássicos de que seria racionalmente conveniente deixarem de o ser.

Por outras palavras, a crítica ao paradigma neoclássico, crítica interna ou externa, encontra a sua validade essencial enquanto processo de reforço das posições heterodoxas: pela capacidade de retirar daquela os enunciados e modelos que são válidos em ópticas alternativas; como convencimento da importância e força das leituras heterodoxas; enquanto contributo para repensar problemáticas e reelaborar análises económicas, científicas, em sentido lato, ou filosóficas.

1.3 E muitos opositores

Numa época de condições particularmente favoráveis para a síntese neoclássica (hegemonia exclusiva do capital no plano internacional, dismantelamento das estruturas político-sociais hipoteticamente construídas a partir do paradigma marxista, aceitação generalizada de alguns princípios económicos por ela defendida, entre outros aspectos) surgem ventos cada vez mais forte reivindicadores de alternativas intelectuais e sociais mais válidas.

Provavelmente porque a diversidade é crescentemente assumida como valor fundamental da nossa sociedade, porque as diferenças são mais enriquecedoras cultural e cientificamente que as identidades ou as “médias”, porque diversas correntes do pensamento económico encontram espaços de manifestação e crescimento, porque o marxismo ao deixar de ser para alguns uma ortodoxia reganhou as forças da sua legitimidade crítica original.

Provavelmente porque as desigualdades sociais são um grito dilacerante das consciências, porque a humanidade continua com alguns dos seus mais graves problemas por resolver, incluindo o da fome, porque é demasiado opressor o confronto entre o elevado desenvolvimento científico e tecnológico e a persistência de situações sociais que seriam resolvidas através da sua mais elementar aplicação, porque o caminho para a sociedade do lazer permitido pelos elevados níveis de produtividade também o é para o desemprego crónico.

Não é pois de espantar que se assista por todo o mundo ao crescimento de vozes, instituições e movimentos heterodoxos.

2. Orto-Negações ou Hetero-Afirmações

A quase totalidade dos economistas adoptam espontaneamente por um de terminado paradigma sem sobre reflectir sobre a sua validade. O argumento da autoridade é-lhes suficiente. Sentem-se continuadores de outros nomes, entre os quais professores que admiram e respeitam, personagens que preenchem as páginas das revistas existentes nas bibliotecas que consultam, a grande parte da comunidade científica. Como diz MINGAT sentir-se-iam completamente perdidos se não se ancorassem de forma espontânea e resoluta num modelo geral de referência.

“Afirmar a necessidade de heterodoxia é um truismo” (BRUTER, 1996, 175) apenas para os que compreendem que a crítica é um valor fundamental da liberdade humana e da construção científica (“orgulho supremo de pensar por ele próprio”, hino à liberdade de espírito) ou que ortodoxia-heterodoxia-ortodoxia é o movimento científico de um conhecer que encontra nas revoluções a mudança.

Há uma ortodoxia na Economia dominante que gera um “efeito de bola de neve” ao auto-alimentar-se e ao arrastar consigo os pequenos obstáculos que encontra. Em contraponto há uma negação total ou parcial, segundo diversas metodologias e atingindo diferentemente as partes do modelo global, há orto-negações. Associadas a esta postura crítica há trabalhos de reconstrução, que contêm uma autonomia relativa e uma possibilidade de crescimento que não passa apenas pela crítica ao instituído. Há uma afirmação de hipóteses alternativas, há hetero-afirmações.

Provavelmente todos estaremos de acordo com estas afirmações mas o mesmo não se passará quando se pretende estabelecer a fronteira entre as ortodoxias e as heterodoxias, quando se atribui conteúdo concreto a essas expressões, quando se pretende tirar conclusões desse duplo processo (negação-afirmação), partes integrantes da crítica.

2.1 Negação

Existem razões suficientes para que muitos sectores ponham em causa a Economia ortodoxa e contra ela lancem as suas investidas. Sem menosprezar outras que possam existir, concentraríamos a atenção em três.

A primeira está consubstanciada no “abaixo-assinado” publicado em Maio de 1992 na *American Economic Review*, uma revista bem ortodoxa:

“We the undersigned are concerned with the threat to economic science posed by intellectual monopoly. Economists today enforce a monopoly of method or core assumption, often defended on no better ground than that it constitutes the «mainstream». Economists will advocate free competition, but will not practice it in the marketplace of ideas.

Consequently, we call for a new spirit of pluralism in economics, involving critical conservation and tolerant communication between different approaches. Such pluralism should not undermine the standards of rigor; an economics that requires itself to face all arguments will be a more, not a less, rigorous science”

O fundamentalismo ortodoxo não deixa espaço para se respirar, é um monopólio onde os princípios concorrenciais que defendem não têm lugar, é uma ditadura atentatória dos princípios democráticos. A sua negação é tanto a defesa da pluralidade e da democracia como a criação de um espaço político-científico em que a alternância seja possível, em que a hierarquia da competência seja viável.

A segunda tem a ver com a validade do núcleo duro da economia ortodoxa, dos seus conceitos, dos seus modelos gerais e específicos. Se em todas as circunstâncias existem observações, comentários, alternativas a apresentar, elas serão particularmente intensas para os que consideram que a ciência tem por objectivo a explicação, interpretação, da realidade, que a verdade encontra-se na relação entre aquela e os modelos que são elaborados para a referida explicação. Se a primeira razão de negação da ortodoxia possui um elemento unificador, o mesmo não se poderá dizer desta. A ortodoxia é hoje tão vasta, ramificada e especializada que se torna difícil identificar o seu núcleo duro, assim como encontrar vectores que possam ser a síntese das diversas negações apresentadas. Estamos perante uma grande diversidade de argumentos, fundamentos e metodologias. Torna-se nomeadamente difícil, em muitos casos provavelmente impossível, distinguir entre crítica ortodoxa e crítica heterodoxa, identificando aquela como a apresentação de um conjunto de alternativas que não põem em causa o paradigma

e cuja aceitação por parte deste autoreprodu-lo e fortalece-o, diferentemente da crítica heterodoxa que põe em causa o modelo geral.

Finalmente teremos aqueles que consideram que a ciência comporta sempre objectividade e subjectividade, que os cientistas estão condicionados pela sua consciência possível, que há uma relação entre interesses sociais em luta, harmónica ou conflitualmente, e as diversas teorias económicas. A redução da subjectividade e a não neutralidade científica exige a crítica, isto é a reflexão cuidada e metódica sobre as teorias para delas conservar o que é objectivo e válido em múltiplas circunstância, para delas eliminar o que é circunstancial ou não é comum às diversas consciências possíveis. A crítica é parte integrante da construção científica em Economia e a crítica faz-se “essencialmente” contra qualquer ortodoxia, mas processa-se também dentro da própria heterodoxia.

2.2 Afirmção

A diversidade de orto-negações só podem conduzir à pluralidade de hetero-afirmações.

Parece-me erróneo e perigoso afirmar que “La principale aspiration de l’hétérodoxie est la proposition d’une approche alternative à la doctrine dominante” (BENETTI, 1996, 131). Não há uma heterodoxia mas diversas heterodoxias, filiadas ou não em algumas escolas do pensamento económico, optando por uma ou algumas. Da diversidade de negações das correntes ortodoxas mais não há que esperar que o enriquecimento simultâneo das diversas escolas do pensamento económico, o aprofundamento conceptual, um muito melhor conhecimento mútuo, a criação de condições sociais e universitárias para uma investigação científica e uma pedagogia mais criativas, mais promissoras, mais capazes de interpretar a sociedade em que vivemos, dar-lhes um sentido de transformação e contribuir para alterações sociais conducentes a uma generalização da acessibilidade dos cidadãos aos produtos possíveis da actual ciência e tecnologia.

A pluralidade de hetero-afirmações chama para primeiro plano a questão epistemológica do eclectismo.

Considerando que qualquer paradigma contem sempre elementos provenientes de outros, que uma construção teórica autentica a partir de diversos modelos em confronto passa sempre por uns serem absorventes e outros absorvidos, que a (re)construção teórica é sempre uma hierarquização conceptual, estamos de acordo que “o eclectismo é sempre excessivo” (GUERRERO, 1997, 22). Acrescente-se que esta posição é perfeitamente compatível com a utilização do anarquismo metodológico seja na orto-negação como na hetero-afirmação.

2.3 Há uma Síntese?

Diversidade de posturas críticas, multiplicidade de construção dos objectos teóricos da Ciência Económica e de leituras desse objecto, liberdade de construção dos modelos económicos dentro de um conjunto de regras classificáveis como económicas. Multiplicidade que apenas tem um denominador comum: liberdade, tolerância, confronto de ideias, consciência de que esse é um percurso para melhorar os conhecimentos económicos e transformar a sociedade de forma a ela ser mais justa.

Sem negar os aspectos anteriormente referidos, antes pelo contrário, consideramos que é possível haver caminhos de negação e afirmação mais promissores que outros, que a adopção de preocupações similares poderá facilitar o lançar de pontes entre as diversas leituras heterodoxas e entre estas e alguns aspectos da ortodoxia – heterodoxia dentro da heterodoxia.

São essas sugestões que apresentaremos no ponto seguinte.

3. Caminhos de Heterodoxias

Entendida a heterodoxia com o conteúdo anteriormente traçado pretendemos aqui referir algumas hipóteses de percurso, aquelas que correspondem à nossa experiência científica e filosófica e que parecem mais promissoras.

3.1 Aberturas

Tendo muitas dúvidas sobre a afirmação de que a Economia esteja em crise, mas não tendo a mínima hesitação em afirmar que existem grandes deficiências nos modelos dominantes consideramos que a evolução científica contemporânea exige o repensar do que actualmente fazemos, impõe a procura de metodologias e modelos alternativos ao dominante.

Algumas possibilidades para esses percursos:

1. O objecto teórico da Ciência Económica só retém uma parte da realidade Humana/Social, cabendo a outras ciências a captação das restantes. Independentemente de questionar se toda a realidade social e todos os ângulos de focagem estão cobertos pelas actuais ciências sociais e humanas, é indubitável a existência de muitas zonas de intercepção em que a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade são possíveis e necessárias. Não só como exercício aplicável às “problemáticas comuns” mas como processo de aprendizagem mútua e de reconstrução dos seus objectos teóricos, metodologias e modelos. Também as chamadas ciências exactas ou da natureza podem trazer contributos para o reequacionamento da Economia Política.

A multidisciplinaridade surge como uma possível área de investigação e ponto de partida para a reelaboração dos paradigmas económicos.

2. Desde há muito o homem procura resolver o conflito entre a complexidade da realidade que pretende conhecer e as suas limitações cognitivas, de natureza psico-biológica ou histórico-social. Escusado será fazer o inventário das dificuldades daí resultantes e dos mecanismos adoptados para as superar ou iludir. O que é importante ter consciência é de que hoje existem condições mais favoráveis para estudar directa e frontalmente a complexidade. Alguns ramos das Matemáticas ensinaram-nos recentemente que “sistemas simples dão origem a comportamentos complexos”, “sistemas complexos dão origem a comportamentos simples” e que “as leis da complexidade têm validade universal”. **A Teoria do Caos surge como um bom pretexto operacional para reelaborar os paradigmas da Ciência Económica.** Mas aquela só adquirirá plena operacionalidade se a sua utilização for acompanhada de uma nova visão do mundo e de novas metodologias. Esta nova postura intelectual passa pela utilização da Lógica Paraconsistente (que engloba a Lógica Dialéctica) e de Lógicas Infinitovalentes; passa pelo reconhecimento da não-linearidade da realidade e a adequação dos nossos modelos a esses factos, sobretudo quando a interacção entre fenómenos/categorias é forte e há grande sensibilidade às condições iniciais; exige a subestimação da simplificação cartesiana e a sua substituição por metodologias de interpretação integrada do todo e das partes; impõe igualmente que também nas ciências sociais trabalhemos com um espaço-tempo relativo construído pelos homens.

3. Godelier afirma “que a racionalidade económica e a racionalidade da Ciência Económica são uma só e mesma questão.” (GODELIER, sd, 36). Existem diversas concepções possíveis dessa racionalidade, tendo até hoje a Ciência Económica assentado num conjunto de arquétipos, sustentados mais em hipóteses simplificadoras, realistas ou não, do que numa observação adequada das acções humanas. Para além dos reforços da sua compreensão provenientes da multidisciplinaridade anteriormente referida, há outras possibilidades de aprofundamento do seu conteúdo. Na medida em que o conhecimento do outro ajuda a compreender o eu pode ser interessante, trilhando caminhos similares da Psicologia e da Neurologia, entre outras, estudar as racionalidades «anormais» para que melhor compreendamos as «normais». **Construir uma Economia Política da Marginalidade seria, eventualmente, uma fase da imperatividade de reconstrução dos paradigmas em Economia.**

4. Bachelard, seguindo autores que o antecederam, chamava a atenção para a possibilidade de conciliar modelos divergentes através da alteração de algumas das hipóteses de partida. Por essa

via, pela redução a iguais níveis de abstracção-concretização, pela descodificação dos conceitos e das linguagens, é possível estabelecer pontes entre os modelos alternativos de leitura da mesma realidade. Conscientes da existência de razões sociais objectivas para conflitualidade interna da Economia, **consideramos fundamental a articulação de paradigmas alternativos numa postura não ecléctica, utilizando uma reelaboração e hierarquização conceptual.**

5. Se os modelos mais gerais podem resultar da articulação de alguns preexistentes também **podem ser construídos pela reformulação das problemáticas e procura de respostas suficientemente abrangentes e rigorosas.** Este trabalho de investigação exige a reconsideração dos conceitos elementares, isto é, daqueles que estão na base de todos os modelos teóricos da Economia. Retomando a terminologia da complexidade, que se aplica à própria construção científica, os paradigmas da Economia são muito sensíveis às condições iniciais, isto é, pequenas alterações no significado desses conceitos elementares têm fortes repercussões no conjunto do trabalho teórico desenvolvido.

A possibilidade de se seguirem estes dois últimos percursos heterodoxos aconselham, exigem, uma **postura pluriparadigmática** nos espaços de produção intelectual, incluindo o ensino.

Qualquer destas pistas de trabalho exigiriam uma fundamentação que ultrapassaria em muito o âmbito deste artigo. Os desenvolvimentos que de seguida apresentamos são o produto de um sobrevoo e de uma síntese que deixa por explicar ou justificar as suas partes constitutivas.

3.2 Interdisciplinaridades

O “homem social total” é uma realidade indiscutível. É uma referência para a fácil compreensão da importância e necessidade da interdisciplinaridade. Contudo esta é uma leitura muito simplista e que pode ser errónea: aquela totalidade não implica necessariamente interdisciplinaridade, por um lado, e esta pode assumir diversas formas e conteúdos, por outro. De facto há que ter sempre presente a distinção entre objectos reais e objectos teóricos e só a intercepção ou sobreposição destes, pode dar lugar à interdisciplinaridade. O estudo do “homem social total” tanto pode ser feito pela especialização científica como pela síntese de diferentes conhecimentos adquiridos, dependendo do grau de desenvolvimento dos conhecimentos, da fase histórica que se vive.

Dois factores parecem aconselhar um reforço da interdisciplinaridade: (1) As dificuldades que a Economia tem encontrado para explicar a realidade económico-social (maior do que para prever ou garantir a coerência do modelo) e para encontrar novos rumos e (2) os desenvolvimentos

científicos globais que colocam na ordem do dia uma importante viragem epistemológica, substituindo (parcialmente e quando oportuno) a leitura do complexo através do simples pela leitura do simples através do complexo. Essa interdisciplinaridade parece dever processar-se através de dois dos seus subprocessos: constante enriquecimento metodológico através do aproveitamento de contributos de outras ciências (o que alguns autores designam de polidisciplinaridade metodológica) e aproveitamento e desenvolvimento de espaços de contacto com domínios de outras ciências (o que alguns autores designam de multidisciplinaridade operatória).

Tal facto não significa que a Economia não continue a promover a multidisciplinaridade formalizante (actualmente feita essencialmente com certos ramos das Matemáticas, da Econometria e da Inteligência Artificial, defendendo nós a sua extensão à Lógica – sobretudo às Lógicas não clássicas –, à Topologia e à Epistemologia – entendida como Ciência do Conhecimento Científico). Também não significa que não seja importante a interdisciplinaridade propriamente dita e o aparecimento de novas ciências. O que pretendemos tão simplesmente dizer é que a interdisciplinaridade está na ordem do dia – por imperativos da leitura da complexidade com que todas as ciências andam preocupadas – e que ela deve ser processada de forma nova.

As leituras do Homem feitas por outras ciências - embora se tenha em conta que aquelas também poderão ser atravessadas por uma conflitualidade interna do tipo da vivida na Economia - não devem ser apenas encaradas como curiosidades externas aos modelos económicos ou como hipótese de reflexão posterior, mas como elemento a integrar os modelos económicos, como matéria de reflexão sobre as estruturas daqueles e de metodologias, como pretexto para pensar explicitamente os fundamentos da ciência que se faz.

A Antropologia diz:

“O estudo da história das culturas e das mentalidades e a análise das constantes flutuações e reversibilidades dos fenómenos sociais revelaram, de maneira bem calara e expressiva, a coexistência do racional e do mítico em todos os sistemas de pensamento. Qualquer mentalidade comporta um aspecto racional e um aspecto mítico, embora um deles possa prevalecer sobre o outro em determinados momento da memória colectiva, mas sempre numa relação dinâmica” (CUSTÓDIO, 1997, 139)

“Nas mudanças sociais a racionalidade tecnológica e o poder mítico entram numa dialéctica, umas vezes conflitual, outras vezes harmónica e integrativa. O mito

desempenha duas funções importantes: como matriz cultural, actualizada através dos rituais e como técnica de integração da inovação” (Idem, 183).

Alerta igualmente para diferenças entre a imagem e a auto-imagem. A Psicologia alerta para a importância da emoção na inteligência, a Neurofisiologia chama a atenção para esse mesmo facto e para a existência de “marcadores psicossomáticos” (DAMÁSIO, 1996) que viabilizam a acção sem um pleno conhecimento do acontecimento. A Informática mostra à saciedade que se as decisões fossem assumidas pelos indivíduos da forma que são postulados pela Economia qualquer decisão relativamente simples exigiria anos de cálculo nos mais potentes computadores o que, transpondo para o nosso quotidiano, inviabilizaria a própria vida. Simultaneamente a Inteligência Artificial compreendeu que a utilização da lógica tradicional na programação dos seus modelos não conduzia a uma aprendizagem similar à humana e outras lógicas se desenvolveram para fazer face a estes e outros problemas.

Estes são alguns exemplos de algumas questões que tem imediatas e profundas implicações nos modelos de Economia onde está sempre subjacente uma certa racionalidade. Ora a Economia não pode ignorar esses conhecimentos científicos nem considerar que eles são meras curiosidades e continuar a postular a negação de tudo isto, tornado coerente pelo *ceteris paribus*.

3.3 Leitura da Complexidade

Quando observamos um conjunto de fenómenos numa óptima que nos permite classificá-los de económicos e pretendemos interpretá-los, para classificá-los ou para encontrar as leis que os justificam, a nossa pergunta fundamental é “o que há de comum entre eles?”. A detecção da diferença aparece apenas como passo prévio para encontrar subconjuntos em que as identidades ou regularidades se manifestem (moldada pela nossa óptica).

Este procedimento está de tal modo enraizada na nossa cultura e nas práticas científicas que até somos capazes de esquecer “alguns fenómenos perturbadores” das regularidades para conseguirmos encontrá-las (para o que a econometria pode dar uma importante ajuda) num grande emaranhado de fenómenos diferentes.

É a “média” que nos interessa. Partimos da diversidade e encontramos os valores médios para sobre eles trabalharmos; atribuímos uma certa distribuição estatística aos fenómenos, trabalhamos com probabilidades e concentramos a nossa atenção na explicação das mais frequentes; criamos um arquétipo de agente económico ou fenómeno que nos permita concentrar

a atenção numa eventual maneira das coisas acontecerem. Ao procedermos deste modo encontramos leis gerais que para o serem também são abstractas.

Esta leitura do “económico da sociedade” é parte integrante dum percurso metodológico de simplificação, de desagregação do todo nas suas partes constitutivas (considerando apenas como tais os agregados que nos interessam ou que essa metodologia permite vislumbrar), de interpretação das situações partindo do simples para o complexo. A sistemática utilização do *ceteris paribus*, o conceito de equilíbrio, eventualmente entendido como limite mas que por simplificação consideramos sempre atingido, associado ao de reversibilidade e repetitividade das situações são alguns dos aspectos mais marcantes da lógica económica habitual.

Poderemos até dizer que são aspectos que estão presentes em diferentes correntes do pensamento, incluindo em muitas heterodoxas. E não é de espantar que assim seja porque tais maneiras de proceder - perfeitamente concordantes com a metodologia científica que a cultura ocidental herdou do racionalismo greco-romano e pratica, expresso como cartilha na obra de Descartes - eram/são a síntese possíveis dos padrões culturais que nos moldam com o grau de desenvolvimento cognitivo e científico da humanidade. A aceitação dos princípios lógicos aristotélicos, em que o princípio da não contradição tem um lugar de destaque, são parte integrante deste caldo de racionalidade possível.

Alguns desenvolvimentos científicos recentes têm vindo progressivamente a chamar a atenção para a diversidade de espaços e tempos de manifestação dos fenómenos e da sua moldabilidade, para a diferente importância das variações infinitesimais conforme a qualidade das situações em que se inserem.

Alguns desenvolvimentos científicos têm mostrado que tão importante quanto a “média” é o “desvio padrão”, isto é, que é possível, e conveniente, mudarmos o conteúdo epistemológico das leis científicas, das leis económicas, concentrando a nossa atenção na diferença entre os indivíduos, agentes e fenómenos. E dessa forma formular leis gerais cujo grau e tipo de abstracção restitui a esta a característica de fase do processo de leitura do concreto. Se continuamos a reconhecer no concreto uma multiplicidade de imbricações, um conjunto de relações e processos reais, não pomos em causa a possibilidade de formulação de “leis simples” de “validade universal” para a explicação do concreto, do complexo.

Alguns desenvolvimentos científicos recentes têm explicitado o efectivo sentido da “racionalidade” dos homens integrando naquela a ambiguidade e o confronto com o desconhecido, a emotividade e a irracionalidade, a “força irracional da cultura” racionalista e analítica.

Alguns desenvolvimentos científicos têm chamado a atenção para a não-linearidade da realidade em geral, e da sociedade, por força de razão, e para os perigos de uma automática classificação das situações e fenómenos em normais e anormais, esperadas ou perversas, com o consequente abandono destes na cadeia explicativa.

Estes desenvolvimentos científicos provêm das Matemáticas, da Lógica, da Inteligência Artificial, da Psicologia e da Neurofisiologia, não esquecendo outras contribuições, como da Antropologia. A Economia deve reflectir sobre estes novos ensinamentos, estudar a aplicabilidade dessas novas problemáticas e metodologias ao seu campo de estudo. Parece-nos que a Teoria do Caos, conjunto de teorias ainda em articulação da área das Matemáticas, é um ponto de partida frutuoso que permite equacionar a grande diversidade de questões que estão em presença. Não se trata apenas de compreendê-la e aplicá-la mas sobretudo aproveitá-la para uma reflexão epistemológica e filosófica que urge fazer, é utilizá-la para encontrar uma nova forma de equacionar as questões, de problematizar, um guia para novas metodologias. É uma pretexto para uma “catarse da cientificidade da Economia”.

3.4 Racionalidade (Económica)

A Economia, incluindo nesta designação todas as correntes, constrói todo o seu edifício teórico assente em dois princípios fundamentais: (1) o seu objecto de estudo é o Homem e este age movido por determinados objectivos e segundo determinadas formas; (2) estes comportamentos dos Homens têm motivações e objectivos diferentes e existem mecanismos de confronto e compatibilização. Ao primeiro princípio fundamental designamos por Racionalidade e ao segundo por Mercado.

O entendimento que se pode atribuir a essa racionalidade (solipsista e do foro psicológico ou histórica e socialmente determinada; olímpica ou simplesmente humana; com ou sem informação total; de visão absoluta e imediata ou comportando o erro e adaptativa; movida pela vontade do homem ou imposta a ele, enquanto agente, como imperativo; fundamentada na natureza humana atemporal ou nas leis histórias da estrutura, etc.) é muito diversa, dando lugar às diferentes leituras do Homem, às variegadas escolas de leitura do económico. No entanto ela é um dos alicerces em que se fundamenta todo o restante edifício. É suporte de outros conceitos derivados, é justificação das leis, é hipótese, raramente explicitada, de quase todas as análises, de todos os modelos.

Também o entendimento que se dá a esse mercado (“mão invisível” ou manipulável politicamente; de concorrência perfeita, monopolista, oligopolista ou segundo qualquer outro

tipo de classificação; funcionando automaticamente na resolução de diferenças de atitude ou com um automatismo relativo de desvio de contradições; simples ponto de encontro de ofertas e procura independentes ou espaço social de confronto de relações contraditórias em que todos os elementos constitutivos são interdependentes; espaço de manifestação de certos tipos de racionalidade económica, em sentido estrito, ou local de manifestação de estratégias de sobrevivência; conducente a um ponto de equilíbrio ou a diversas situações de desequilíbrio, a um atrator pontual ou a um atrator estranho, etc.) é muito diversa, dando lugar às leituras variegadas do Homem, da Sociedade, às diferentes escolas de leitura do económico. E aqui se poderá repetir o que se disse para a racionalidade: base conceptual, conteúdo de leis, hipótese de modelos.

Outros dois conceitos que frequentemente se apresentam como basilares são os de custo de oportunidade e de equilíbrio. Contudo eles não têm uma aplicabilidade tão abrangente nas diversas escolas económicas. O primeiro conceito é uma derivação de uma certa racionalidade e, concomitantemente, uma determinada metodologia de ler os comportamentos, e o segundo é estritamente aplicável a um conjunto de correntes que giram em torno do neoclassismo. Quando o equilíbrio é apresentado como conceito base de todos os restantes assume-se implicitamente que o neoclassismo é a única alternativa, é a Ciência, e que tudo o mais são divagações irrelevantes. Obviamente que essa não é a nossa posição, embora aceitemos que o custo de oportunidade é um tipo de abordagem das situações profundamente enraizada em muitas das interpretações do Económico.

Teremos oportunidade de analisar posteriormente o que epistemologicamente justifica uma grande importância atribuída a estes conceitos basilares para a globalidade do edifício teórico. Aqui concentremos um pouco de atenção sobre a racionalidade e as hipóteses alternativas que existe para o seu estudo.

Na sequência do que afirmamos num ponto anterior insistimos no facto do conceito de racionalidade ter sido até agora quase integralmente centrado na “média”, mesmo quando se pretendeu fazer outro tipo de análise.

Para exemplificarmos recordemos Marshall no Prefácio à primeira edição da sua obra fundamental:

“Na presente obra considera-se acção normal aquela que se espera, sob certas condições, dos membros dum grupo industrial, e não se tenta excluir a influência de quaisquer motivos, cuja acção seja regular, somente porque sejam altruísticos. Se este livro tem

alguma peculiaridade é, talvez, a de dar preeminência a esta e outras aplicações do princípio da continuidade.” (4)

Da enunciação desses princípios da continuidade salientaria, para os propósitos que agora nos ocupam, dois

“Do mesmo modo que não existe uma linha nítida de divisão entre uma conduta que é normal e a que deve ser provisoriamente desprezada como anormal, assim também não há nenhuma entre os valores normais de um lado e, de outro, os valores «correntes», «do mercado» ou «ocasionais».

(...)

Ele [Cournot] ensinou que é necessário enfrentar a dificuldade de considerar os vários elementos de um problema económico – não como determinantes uns dos outros numa cadeia de causas, A determinando B, B determinando C, e assim por diante – mas todos se determinando uns aos outros. A acção da Natureza é complexa: e nada se ganhará, afinal, pretendendo que ela seja simples e tentando descrevê-la numa série de proposições elementares” (4/6)

Estas preocupações acabam por estar ausente de Prefácios posteriores e sobretudo uma grande parte destas declarações não passaram de boas intenções. Intenções que já se encontram espartilhadas por algumas ambiguidades do discurso: “que se espera” versus o que é, “grupo social” versus sociedade com diferentes modos de produção, “seja regular” versus diversidade, “normal” versus normalidade da diferença.

Na quase totalidade das correntes do pensamento económico é apenas considerada a racionalidade “normal”. Esta normalidade pode ter diversos fundamentos, comungando frequentemente dos mesmos equívocos: é a racionalidade que se espera que os agentes tenham para que os modelos (economia) funcione adequadamente; é a racionalidade atribuída a um arquétipo (homem económico, homem ético ou qualquer outro fantasma); é a racionalidade objectiva e uniformemente imposta a todos os indivíduos, seja como expressão da sua natureza humana, seja como produto de uma determinada fase histórica e vivência social. Alguns contributos mostrando a inadequação de certos modelos de racionalidade, como a crítica à racionalidade plena (olímpica) apenas permite passar de uma análise determinista de “médias” para uma análise probabilística das mesmas.

Para se romper com estes princípios e procedimentos altamente castradores é necessário partirmos, como dissemos, para a concentração da atenção nas diferenças. Acontece, no entanto, que tanto tempo de aplicação de uma certa lógica de leitura da racionalidade, quase sempre

assumida inconscientemente, criou-nos barreiras à compreensão do que está em jogo. Temos que abandonar as “racionalidades desejadas” e centrarmo-nos no estudo objectivo e cuidado das racionalidades, *latus sensus*, efectivamente existentes.

Para marcar a diferença, para rompermos com as praticas inculcadas e para começarmos a apercebermo-nos das consequências que podem advir para o conjunto do edificio teórico da Economia, defendemos a construção de uma nova Economia assente nos conteúdos das racionalidades efectivamente existentes: em diversas sociedades e regiões, em diversas culturas temporalmente distanciadas ou coincidentes, em diversas classes e grupos sociais. Uma reconstrução que não poderá deixar de comportar diversos contributos interdisciplinares (nomeadamente da Antropologia, da Sociologia e da História) mas que tem de se centrar na criação de modelos económicos.

3.5 Articulação Paradigmática

Ninguém terá dúvidas, desde que não pretenda ser os detentores único da cientificidade e da verdade, que a Economia é uma ciência atravessada por uma forte conflitualidade interna, provavelmente apanágio de todas as ciências que têm o Homem como objecto e sujeito científicos e que estão estreitamente associadas a relações de poder.

Se este reconhecimento é bastante unânime, se-lo-á menos o conteúdo e consequências dessa conflitualidade.

É nosso entendimento que não se pode transpor para as ciências sociais as lógicas das «ciências físicas» e interpretá-las como uma imaturidade da Economia. Admitir a possibilidade de um paradigma ser generalizadamente aceite ou é admitir que a sociedade é um espaço de homogeneidade e convergência harmoniosa e pacífica de diferentes interesses sempre conciliáveis e que o espaço superestrutural herda essas mesmas características, ou é ter a vã ilusão que uma classe social será capaz de se impor em exclusividade e esmagar qualquer expressão de entendimento e vontade das restantes classes.

É também nosso entendimento que existem razões objectivas e subjectivas para essa conflitualidade e de que ambas têm uma importante autonomia relativa.

Entre as primeiras temos a diversidade de consciências possíveis das diversas classes e grupos sociais com interesses não só diferentes mas frequentemente conflituais e, em questões essenciais, antagónicos e contraditórios; a diversidade das realidades estudadas, de um mundo marcado por profundas diferenças e luta de contrários, associada à força político-económicas

capaz de transformarem leituras regionais em universais; a diversidade de visões filosóficas e de vontades de intervenção de acordo com o conjunto de interesses em jogo.

As razões subjectivas são muito diversas e de diferentes naturezas.

Em primeiro lugar temos as que resultam da contradição entre a complexidade da realidade social e a natureza dos modelos elaborados, por outras palavras, no facto de diferentes economistas perante a mesma realidade económico-social construírem objectos científicos que captam apenas uma parte daquela. Estamos perante um duplo processo de simplificação: na passagem do objecto real para o objecto teórico e na conceptualização deste. Sob a capa de uma identidade ontológica tem-se uma divergência que mais não é do que a natural expressão de objectos de estudos diferentes. A absolutização de alguns aspectos, diferentes níveis de abstracção-concretização, uma terminologia própria de cada corrente ou autor tendem a criar barreiras de difícil entendimento.

Em segundo lugar a diversidade de posturas adoptadas pelos economistas (desde o economista investigador até ao diagnosticador da situação económica, desde o manuseador de uma tecnologia ao conselheiro, desde o perito ao advogado de certos interesses, etc.) também conduz a diferentes leituras da mesma realidade, embora nem todas sejam objecto dos mesmos cuidados e rigor científico.

Bachelard na *Filosofia do Não*, título só por si significativo, afirma

"Destouches estuda com efeito as condições de coerência lógica das diversas teorias. Ele demonstra que, por intermédio da modificação de um postulado, é, sempre possível tornar coerentes duas teorias que se revelam racionalmente válidas e que, no entanto, se opunham uma à outra. É evidente que duas teorias podem pertencer a dois corpos diferentes e que se podem opor em determinados pontos permanecendo válidas individualmente no seu próprio corpo de racionalidade." (132)

É nossa opinião, resultado de trabalhos desenvolvidos nesse sentido, de que é possível conciliar (entenda-se articular, umas vezes, unificar, outras) num mesmo modelos diferentes e divergentes modelos económicos. Para que tal seja possível é necessário que:

1. Haja um ambiente social (frequentemente académico-social) favorável ao debate de ideias, à crítica científica, à apresentação e discussão dos diferentes paradigmas, um ambiente de respeito pelos princípios democráticos e pela diversidade humana. Que a esta situação esteja associada uma fértil imaginação e iniciativa criadoras.

2. As diversas teorias tenham sistematicamente o cuidado de explicitar as suas hipóteses de trabalho, gerais e específicas, pois é através da análise e modificação de algumas dessas hipóteses que é possível caminhar para a reelaboração dos modelos.

3. Os investigadores que processem essa reconstrução devem estar abertos a todas as inovações científicas nas mais diversas áreas e percorrerem frequentemente os caminhos da epistemologia e da filosofia da Economia. O facto de estarem a lidar com teorias diferentes, por vezes antagónicas, a necessidade de relativizarem as absolutizações que a captação do simples quase sempre comporta e ainda a existência de manchas de interpenetração válida dos diferentes modelos aconselham à utilização de lógicas polivalentes e paraconsistentes (inconsistentes não triviais).

Muito provavelmente alguns economistas ao serem “obrigados” a explicitar as hipóteses subjacentes ao modelo – trabalho difícil pois algumas são assumidas inconscientemente – também tomarão pela primeira vez consciência plena da sua postura científica e entrarão em conflito racional consigo mesmos.

Se este percurso permite elaborar modelos mais gerais e restringir a conflitualidade a um espaço directamente resultante das razões objectivas apresenta duas grandes dificuldades. Em primeiro lugar, a conciliação exige uma reelaboração teórica, uma reconstrução coerente que tem de ultrapassar os quadros do eclectismo, o que provavelmente remete para a hegemonia de determinados paradigmas. Em segundo lugar essa reconstrução exige a utilização de uma linguagem que provavelmente estará muito associada a certas correntes “conciliadas”. E porque os homens são mais embalados pelas palavras que pelas ideias, a explicitação dessa terminologia pode romper conciliações viáveis e racionalmente aceites.

3.6 Reelaboração Conceptual

Joan Robinson avisa-nos de que não será preciso definir o elefante porque saberemos identificá-lo quando o encontrarmos, o que é manifestamente verdade para o turista que visite o seu habitat, mas talvez não o seja totalmente para o biólogo. Muitos outros nos alertam para a impossibilidade de definir todos os conceitos sem entrarmos em círculos viciosos. Também Godel, numa outra perspectiva, nos alerta para a impossibilidade da imunidade às contradições poderem ser provadas dentro dos meios do sistema em análise.

Se estes aspectos devem ser tidos em conta quando se pretende precisar o significado dos conceitos usados em Economia não nos impedem de caminhar nesse sentido. Bem mais perigoso

é trabalharmos com conceitos que não sabemos rigorosamente o que são, cujo significado é frequentemente retirado do conhecimento corrente, com muitas imprecisões, ambiguidades e contradições científicas ou que são utilizados pelos diversos autores com significados diferentes. É-o porque transmitem imprecisão às análises que neles assentem ou aos modelos que os contenham, pernicioso porque transmitem um saber incoerente, amortecem a reflexão crítica e fomentam o amorfismo intelectual entre os jovens aprendizes deste saber – é especialmente preocupante essa incapacidade e promiscuidade intelectual em manuais utilizados nos primeiros anos de estudo e generalizadamente aceites.

Se admitirmos que a Ciência em geral e cada uma das Ciências em particular são sistemas complexos é legítimo considerarmos que apresentam grande sensibilidade às condições iniciais, isto é, as características e conteúdo do paradigma, dos seus modelos constitutivos, são fortemente, radicalmente, influenciados, por pequenas alterações no significado dos conceitos de base. Assim sendo, repensar os conceitos introdutórios da Economia (Racionalidade, Mercado, Procura, Oferta, Produção, Preços, Moeda, etc.) com rigor, com imaginação, com adequados instrumentos de trabalho, com sentido crítico e num ambiente de diálogo é um percurso fundamental que mostrará quanto enganados todos estamos, que revelará a possibilidade de construir modelos mais gerais que os actualmente existentes, incluindo-os ou negando-os. Nesse exercício de reflexão crítica é imprescindível a sistemática explicitação das hipóteses, a delimitação espaço-temporal dos conceitos e modelos, a abertura à utilização de lógicas e epistemologias diversas, a ousadia da enunciação de novas problemáticas, mesmo que não se tenham respostas para elas, a passagem do abstracto ao concreto e deste a aquele como momentos da relação do concreto real com o concreto pensado.

Pode ser particularmente importante esta reelaboração conceptual dos conceitos constitutivos das Teorias do Valor.

3.7 Sínteses

Qualquer uma das vias de desenvolvimento da heterodoxia que foi anteriormente referida exige, como também se teve a oportunidade de aludir, um ambiente de efectiva democraticidade e de apresentação e confronto dos diversos paradigmas. E esse ambiente de pluralismo teórico cria-se sobretudo nas Universidades.

4. Da Ciência à Política

Seria de uma grande ingenuidade admitir que os processos de crescimento das heterodoxias que temos vindo a explicar fossem inteiramente possível num quadro estritamente científico, num ambiente de “neutralidade” política. Nada disso. Se é certo, e é bom e importante insistir, que há uma autonomia relativa do científico, que comporta uma elevada possibilidade de intervenção e de luta, também o é que os contextos sociais e políticos, a correlação de forças são aspectos importantes facilitadores ou dificultadores do referido trabalho científico.

Não temos oportunidade de explicar minimamente esta matéria mas não podíamos deixar de lhe fazer esta referência para não correremos o risco de erróneas leituras dos nosso propósitos.

5. O Marxismo nas Heterodoxias

Le travail dont il s'agit en premier est la critique des catégories économiques ou, si tu préfères, l'exposé du système de l'économie bourgeoise. C'est à la foi l'exposé du système et, par le biais de l'exposé, sa critique. (MARX, 1957, xi)

A Economia Política Marxista é por excelência uma ciência heterodoxa no quadro do capitalismo. Em primeiro lugar pela utilização que faz da crítica como instrumento decisivo de construção científica, uma crítica que pretende dissecar os estudos prévios retirando deles as vertentes válidas e afastando o que aparece como menos adequado, que pretende confrontar a teoria com a realidade histórica, com a coerência interna e com a utilização de metodologias e epistemologias diferentes (a dialéctica materialista, o materialismo histórico), que pretende simultaneamente reduzir as subjectividades existentes e por outro reconverter e reconstruir os conhecimentos à luz de uma consciência possível diferente, expressamente associada às classes opositoras do sistema. Em segundo lugar porque denunciando científica e socialmente a exploração, tomando partido pela transformação da sociedade à luz da experiência dos explorados, é sempre uma ciência minoritária nas estratégias de reprodução do sistema, é sempre uma arma de luta e combate intelectual, até ao momento em que essa reprodução seja rompida.

A diversidade de posturas heterodoxas exige alguma prudência quando pretendemos referir-nos a traços comuns a todas essas correntes, mas não andamos longe da verdade se afirmarmos que a metodologia marxista e os conceitos fundamentais da Economia Política Marxista são referências muito habituais, são exemplos úteis, são realidades intelectuais e ideológicas que poucos poderão ignorar. Assim como Jevons, um dos fundadores do marginalismo que iria desembocar em quase linha recta na ortodoxia dominante, não resistia a afirmar que “o salário de um trabalhador

coincide, em última instância, com o que ele produz, após deduzir-se a renda, as taxas e os juros do capital” (1988, 158/9), num claro trocadilho terminológico de combate ao conceito marxista de mais-valia, embora se comportando como se Marx nunca tivesse existido, também muitas das correntes heterodoxas que pretendem ignorar o marxismo ou até combatê-lo acabam por recolher dele um conjunto de referências importantes.

Curiosa e contraditoriamente o fim do marxismo como doutrina oficial nas economias socialistas veio trazer em diversos meios intelectuais uma nova dinâmica às correntes do pensamento marxista. Contraditoriamente porque é inegável que o desaparecimento do campo socialista deu novo alento ao capitalismo e às ideologias do mercado, enfraqueceu a luta revolucionária mundial e criou um ambiente generalizado de desorientação intelectual e desconfiança em relação ao marxismo. Curiosamente porque o marxismo monolítico, oficial, com muitas poucas dúvidas, formalmente coerente mas por vezes desligado da vida, com citações e linguagens míticas, era um roupage pouco adequada ao desenvolvimento da crítica, ao despertar da imaginação, ao confronto de ideias, à reconstrução conceptual. Frequentemente a análise pormenorizada dos conceitos (veja-se por exemplo, os milhares de páginas de apontamentos e texto de Marx em torno da moeda) que a crítica marxista requer exige uma luta contra nós próprio, uma “psicanálise” conceptual.

A crítica materialista dialéctica marxista associa-se à dialéctica bachelariana, ao papel da “rêverie” na construção científica, em que o erro é fase de um processo de construção e aprendizagem. A liberdade intelectual, parte integrante da capacidade de luta dos explorados, é ambiente indispensável nesta construção heterodoxa marxista. Os marxismos são uma riqueza do marxismo.

5.1 Potencialidade do Marxismo no Desenvolvimento das Heterodoxias

O marxismo contém um importante conjunto de potencialidades na crítica à ortodoxia neoclássica dominante e no surgimento e amadurecimento das heterodoxias, assim como na utilização destas na luta de classes.

Apresentemos de uma forma muito sintética as principais vantagens do marxismo neste combate contra o pensamento económico dominante, desculpabilizador do sistema e suporte da exploração e do “subdesenvolvimento”.

1. A sua primeira grande virtude situa-se em apresentar uma teoria coerente da repartição do rendimento, uma lúcida explicação dos mecanismos de exploração.

A síntese neoclássica, sobretudo na sua vertente liberal e neoliberal, tem conduzido a um agravamento das desigualdades económicas e sociais no mundo e em cada um dos países. Para eles cada um tem a remuneração que a sua produtividade merece, apesar desta ser uma expressão da organização social em que o grande capital multinacional impõe cabalmente as suas regras de jogo. É, para parafrasear Marx, um jogo de azar com os dados viciados.

Sem dúvida que existem diversas explicações para o subdesenvolvimento e para a desigual e desequilibrada repartição dos rendimentos, mas o marxismo edificou o modelo mais completo, alicerçado na análise histórica, na articulação dinâmica entre modos de produção, alicerçado na teoria do valor-trabalho, na distinção entre trabalho e força de trabalho e na mais-valia.

O combate à ortodoxia dominante faz-se tanto ao nível das ideias como na luta social. Numa e noutra as desigualdades económicas são um ponto nevralgico e o marxismo tem importantes instrumentos de combate aos dois níveis da luta.

2. A crítica é, como se disse, elemento constitutivo da metodologia científica. Não é algo exteriormente utilizado para desbravar o terreno e para permitir a reelaboração teórica diferente porque a crítica dos outros é a própria construção do nosso modelo.

3. A teoria do valor-trabalho, cuja sistematização coerente se deve a Marx, é uma teoria do valor mais ampla que as hipóteses alternativas que lhe tem surgido: a teoria do valor-utilidade, o pragmatismo despreocupado com qualquer fundamentação filosófico-económica do movimento do social.

Para a teoria do valor-utilidade o funcionamento da economia é o resultado dos comportamentos solipsistas de satisfação das necessidades, independentemente das razões que se encontrem, frequentemente ahistóricas, para a sua justificação. O funcionamento da economia baseia-se nos comportamentos individuais, a sociedade é um somatório dos indivíduos e os comportamentos desconstruídos podem sempre ser articuláveis num ótimo para as partes envolvidas.

Na teoria do valor-trabalho o funcionamento da economia é sempre o resultado da articulação dialéctica entre o social – consubstanciado no valor, na divisão social do trabalho, no trabalho social, na interdependência dos produtores, no desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção – e o individual – consubstanciado no valor-de-uso, no trabalho individual com as suas particularidades e motivações, nas opções de cada um,

historicamente condicionadas. O social e o individual são dois termos de uma relação que é mais do que os seus elementos constitutivos.

Neste contexto a teoria do valor-trabalho é mais ampla que a do valor-utilidade e é capaz de albergar no seu seio as vertentes positivas daquela. Mais do que isso, ao alicerçar-se na articulação sociedade-indivíduo está em condições – embora por diversas razões sociais e de desenvolvimento da ciência não o tenha podido fazer anteriormente – de superar os fraccionamentos da Economia em micro e macro, de combater as absolutizações de um dos pólos da relação, de fundamentar filosofico-economicamente o “determinismo caótico”, essa aliança do determinismo histórico-social com o livre-arbítrio individual.

4. Destas considerações rapidamente se conclui adicionalmente que o marxismo comporta importantes elementos para o estudo da complexidade, para o estudo das realidades concretas constituídas por muitos e variegados elementos, em acção, interacção e retroacção entre si, manifestando não linearidade e eventualmente sensível em certas circunstâncias às condições iniciais. Uma realidade concreta cujo espaço-tempo é construído pelos próprios homens numa descontinuidade de situações que viabiliza a reversibilidade dos fenómenos económicos numa irreversibilidade histórica a que pertencem.

É certo que muitos estudos de Marx apontam em sentido diferente, que muitos dos seus trabalhos, nomeadamente em *O Capital*, preocupam-se mais em simplificar do que em complexizar e muitas das realidades sociais são estudadas de uma forma simplificada. É certo que diversos estudos da dialéctica são insuficientes e exprimem as suas leis de uma forma inadequada para ser o suporte sistemático da construção científica. Contudo nada disso impede que o marxismo tenha sido ao longo dos anos um dos construtores de uma dialéctica, sendo esse um dos elementos de clivagem com outras correntes e uma das grandes dificuldades de leitura do marxismo para os que se mantêm no quadro da lógica tradicional.

“Para viver e sobreviver neste universo quente, complexo e incerto, velejando sobre as alteradas vagas do oceano cósmico, é necessário alterar o estilo arquitectónico do pensar, edificar uma nova Razão. Impõe-se saber pensar dialecticamente” (BRANCO, 1990, 16) Os modelos directamente interpretativos da complexidade, a que fizemos anteriormente alusão, exigem pensar dialecticamente e o marxismo é uma importante fonte de conceptualização e aplicação desta dialéctica.

5. O objecto teórico da Economia Política assenta na racionalidade, referência para a interpretação do comportamento dos homens e modelador da conceptualização e da construção dos modelos. Enquanto a economia neoclássica tem um entendimento estritamente

fenomenológico, frequentemente estereotipado, da racionalidade, associado à aparência, o marxismo tem um entendimento simultaneamente fenomenológico e metafenomenológico dessa mesma racionalidade, captando a sua essência. O primeiro tipo de racionalidade (que designámos “de superfície”) não tem consciência de si própria, contrariamente à segunda – para o que muito contribui a antropologia – que não só a tem como interpreta a existência daquela (chamemo-lhe “de profundidade”).

Se o repensar criticamente os conceitos básicos é uma via de construção heterodoxa, como referimos, o marxismo apresenta importantes armas para esse desafio:

“A racionalidade em profundidade e a racionalidade de superfície desdobram-se, na sua articulação, em diversas racionalidades, coexistindo ou habitando diferentes áreas e tempos do tecido social, articuladas na relação entre consciência possível e consciência real. A maior capacidade explicativa da consciência em profundidade, categoria associada a uma conceptualização teórica, traduz-se objectivamente, na delimitação da operacionalidade da racionalidade de superfície, categoria esta de uma conceptualização teórica diferente. Esta gere uma dada situação localizada no espaço e no tempo considerada “normal”, enquanto as crises são a expressão da inadequação da racionalidade de superfície em relação à racionalidade em profundidade” (PIMENTA, 1990, 56/7).

6. Também a crítica ao positivismo, estreita e miticamente associado à ortodoxia, como referimos, pode ser particularmente bem desenvolvida pelo marxismo graças à indissociável combinação das posturas filosófica e científica.

7. Na articulação hierarquizada de paradigmas diferentes através da alteração de hipóteses e da redução a iguais níveis de abstracção e de localização histórica, o marxismo tem particulares condições para ser a teoria dominante, que absorve os contributos alheios e os integra num modelo coerente e realista.

5.2 Suas dificuldades

Estas potencialidades não surgem espontaneamente nem estão já construídas desde o aparecimento das obras de Marx apenas esperando que algum cérebro iluminado as descobrisse. Podemos até afirmar que muitas das leituras do marxismo desenvolvidas até à actualidade têm conteúdos e tendências de evolução diferentes dos rumos possíveis anteriormente desenhados.

Cabe aos marxistas dar novo alento ao estudo do marxismo à luz das realidades social e científica da actualidade.

Por outro lado o marxismo, apesar de uma longa história de combate de ideias e de coexistência com outras correntes do pensamento económico, com outras formas de conceber a ciência, desabituiu-se nas últimas décadas a essa pluralidade de discursos, no meio em que se movimenta e no seu próprio seio. É tão grande essa carga dogmática que nos atreveríamos a dizer que muitos que se intitulam marxistas, e até que foram fazedores de doutrina, nunca leram *O Capital*, nunca leram Marx e Engels, “estudaram-no” em fascículos de contos de fadas.

Cabe aos marxistas valorizar um ambiente democrático de construção científica, cultivar o gosto pela troca de ideias, fomentar a diversidade associada à firme defesa das suas posições.

Os nossos votos finais é que este encontro permita esses rumos.

6. Bibliografia citada

BACHELARD

(1976) *Filosofia do Novo Espírito Científico - A Filosofia do Não*
Lisboa, Editorial Presença, pp. 203

BENETTI, CARLO

(1996) *Commentaires*
Economies et Sociétés, Serie D, nº 2, 9/1996, pág. 131-134

BRANCO, João Maria de Freitas

(1990) *Dialéctica, Ciência e Natureza*
Lisboa, Editorial Caminho, pp. 318

BRUTER, Claude P.

(1996) *L'hétérodoxie nécessaire*
Economies et Sociétés, Serie D, nº 2, 9/1996, 175-181

CUSTÓDIO, Gonçalves (1997)

Questões de Antropologia Social e Cultural
2ª. Ed., Porto, Afrontamento, pp. 196

DAMÁSIO, António R

(1996) *O Erro de Descartes: Emoção, Razão e Cérebro Humano*
Lisboa, Publicações Europa-América, pp. 308

GODELIER, Maurice (sd)

Racionalidade e Irracionalidade na Economia
Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 396

GUERRERO, Diego

(1997) *Historia del Pensamiento Económico Heterodoxo*
Madrid, Editorial Trotta, pp. 277

JEVONS, W. Stanley

(1988) *A Teoria da Economia Política*
São Paulo, Nova Cultural, 3ª Ed., pp. 212

- MARSHALL, Alfred
(1988) *Princípios de Economia*
São Paulo, Nova Cultural, 2 Vol.
- MARX, Karl
(1957) *Contribution à la Critique de l'Économie Politique*
Paris, Editions Sociales, 305
(1969) *Le Capital*
Paris, Editions Sociales, 8 vol.
- MINGAT, A. & SALMON, P. & WOLFELSPERGEN, A.
(1985) *Méthodologie Économique*
Paris, PUF, pp. 576
- PIMENTA, Carlos
(1990) "Economia Política e Racionalidades"
Estudos Econômicos, 20/Esp, pág. 39/58
- DESCARTES, Renato
(1961) *Discurso do Método e Tratado das Paixões da Alma*
Tradutor MACEDO, NEWTON DE
Lisboa, Sá da Costa